

HEGEMONIA, CULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO: UMA LEITURA DOS ESCRITOS DE ANTONIO GRAMSCI

Anita Helena Schlesener¹

RESUMO

O presente artigo aborda a noção de cultura e a sua importância nas relações de hegemonia a partir dos escritos de Antonio Gramsci, a fim de explicitar a dimensão política da educação. A cultura assume relevância no contexto da política na medida em que a formação da subjetividade serve para apaziguar e submeter as classes trabalhadoras aos interesses da produção e reprodução do sistema. A partir desses pressupostos, levantam-se considerações sobre as possibilidades e os limites da educação escolar.

Palavras-chave: Política. Cultura. Educação. Antonio Gramsci.

INTRODUÇÃO

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore e todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo para difundir uma concepção mais moderna.
(Antonio Gramsci)

O presente trabalho visa a levantar alguns aspectos da noção de cultura no pensamento de Antonio Gramsci, a partir da dimensão da luta pela hegemonia, a fim de explicitar os novos desafios da luta de classes. A importância do pensamento de Gramsci para nossos dias se apresenta principalmente nas suas reflexões sobre a cultura, que o colocam ao lado de Lukacs, Benjamin, Adorno, Horkheimer e outros que inseriram esse tema no debate do marxismo ocidental. A diferença entre Gramsci e os demais autores é que estes voltaram-se para a cultura no momento em que se desencantavam da política de sua época, enquanto Gramsci a pensou a partir de sua dimensão política, visto que seu objetivo central na prisão, conforme Gerratana, era "compreender as razões da derrota, única maneira de continuar a

¹ Professora de filosofia política (aposentada) da UFPR; professora do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

obra da revolução” e explicitar as possibilidades de uma “hegemonia alternativa” (GERRATANA, 1997, p. 55-56).

A relação entre hegemonia e cultura permite salientar a dimensão política da educação e esclarecer as funções da escola no processo de formação política das classes trabalhadoras. Da perspectiva de Gramsci, a formação escolar não é a mais significativa para a organização política dos trabalhadores, visto que tal formação não privilegia o saber popular e nem a relação entre teoria e prática, que interessam a um processo de formação crítica. Para os trabalhadores, a educação ocorre principalmente no partido, sindicatos, movimentos, meios de comunicação como os jornais, etc. A importância de a classe trabalhadora criar seus próprios instrumentos de educação se coloca a partir da luta de classes e da consciência das desigualdades de aprendizagem já a partir das condições de acesso ao ensino escolar e de aproveitamento do conhecimento veiculado na escola.

HEGEMONIA E CULTURA

Como é sabido, é no contexto da história italiana e das lutas de classes visando a revolução que Gramsci elabora a noção de cultura: preparar a revolução significava também romper com as relações de hegemonia vigentes e com um modo de pensar unificado, na formação de uma nova concepção de mundo por meio da qual se faria uma nova leitura da história e se assumiria a herança cultural da humanidade. Tal processo de educação trazia implícita a necessidade de romper com os estreitos limites da democracia burguesa, com a indiferença e com o ceticismo político, a fim de criar uma nova sensibilidade histórica e as condições sociais e políticas para a vivência da liberdade.

Em seus primeiros escritos Gramsci define a cultura contrapondo a perspectiva burguesa com as expectativas e necessidades do movimento operário em curso. A importância da cultura para as classes trabalhadoras esclarece-se na crítica à cultura burguesa e às formas de dominação intelectual e política que tal cultura proporcionava aos que detinham o poder. Assim, era preciso criticar um intelectualismo estéril e uma cultura enciclopédica que podia exercer efeitos devastadores sobre o processo de organização política dos trabalhadores: “é necessário perder o hábito e deixar de conceber

a cultura como saber enciclopédico...” (GRAMSCI, 1975a, p. 22-23), ou seja, deixar de abordar o conhecimento como uma produção estática e desconexa, dogmática, para entendê-la no movimento histórico; deixar de abordar a cultura como algo abstrato, para acentuar o seu vínculo com a prática social e política, isto é, deixar de pressupor uma verdade em si, que pode ser adquirida, guardada na memória, para entender que a verdade é histórica.

Para os trabalhadores fazia-se necessário compreender a relação intrínseca entre política e cultura, que permitia redefinir a noção de verdade. Na história, a Revolução Francesa foi o grande exemplo de como a crítica e a cultura foram importantes para a percepção dos problemas econômicos e políticos que geraram o movimento revolucionário. A filosofia de Voltaire, Rousseau e outros apresentam a cultura como crítica elaborada com base nos acontecimentos sociais e políticos, permitindo a intervenção inteligente e criativa dos homens na construção da história. Não se trata de acentuar primeiro a cultura e depois a ação política, mas sim de mostrar a sua interdependência: para os trabalhadores, nas suas lutas históricas, coloca-se o desafio de construir a própria cultura como instrumento de emancipação política, construção que acontece no processo de organização política.

Já em escritos de 1917 encontramos um pensamento que retorna aprofundado nos Cadernos do Cárcere, na seguinte definição de cultura: “exercício do pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causa e efeito”, elementos da lógica formal que fazem de todos cultos, porque todos pensam. Mas são cultos empiricamente e não organicamente; portanto, “oscilam, dispersam-se, abrandam-se ou se tornam violentos, intolerantes, briguentos, ao sabor dos acasos e das contingências”. Torna-se necessário disciplinar esta forma de abordar o saber: a cultura precisa ser entendida como “um pensar bem, qualquer coisa que se pense e, portanto, executar bem, qualquer coisa que se faça” (GRAMSCI, 1975a, p. 145).

Nessa proposição o que se ressalta é a relação necessária entre teoria e prática na produção do conhecimento, a importância de um desenvolvimento cultural que possibilite a formação de uma nova concepção de mundo cuja concreticidade se produza no curso das lutas por uma nova sociedade. Nos Cadernos do Cárcere esta nova concepção apresenta-se como formação de uma vontade

coletiva nacional-popular (GRAMSCI, 1978, p. 1293),² que nasce da “ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, age e transforma a realidade” (GRAMSCI, 1978, p. 657). A cultura apresenta-se, pois, como saber que se produz na ação, por meio da qual o pensar se cria e se transforma.

A história se cria como um processo pelo qual o novo se nutre da tradição e produz o novo conhecimento. Este se renova e se transforma na medida em que se renova e se transforma a vida na luta entre as forças em presença. Para as classes trabalhadoras, trata-se de encontrar “um nexos, um modo, uma qualidade do pensar que é nova”, como o “sal, que dá sabor a consciência” e que permite iniciar “uma nova história, uma nova linguagem, um novo costume” (GRAMSCI, 1975b, p. 211-12). Essa atividade nasce e cresce com a luta política e revolucionária, por meio da qual a emancipação econômica e política implica também a criação de um novo saber e um novo expressar.

Para aprofundar essa questão retomamos um tema dos muitos que se referem a cultura nos Cadernos do Cárcere: o tema da cultura popular, que manifesta um modo de pensar presente no senso comum; este se compõe do que o autor chama “folclore”, entendido como um conjunto fragmentado e incoerente de conhecimentos, entrelaçados com um conteúdo que o autor denomina “filosofia”, correspondente a certa sistematização coerente do conhecimento a partir dos referenciais hegemônicos. Composto de modo fragmentário, por ideias variadas, recebidas e assimiladas sem crítica, o senso comum “acentua que é melhor um ovo hoje que uma galinha amanhã”, isto é, é melhor assegurar o que se possui, embora mínimo, que lutar pelo desconhecido e, por isso, inseguro. Teme-se a dor, o sofrimento, a perda, mesmo que o sonho represente algo mais vital e completo que a realidade presente. O apego ao dado e às garantias que ele oferece, aliado ao medo do inusitado gera a imobilidade, a paralisia ante a ação. “Vê-se apenas a laceração violenta e o espírito temeroso detém-se ante o medo de tudo perder” (GRAMSCI, 1975a, p. 73).³

2 O conceito nacional-popular nos escritos de Gramsci assume um significado específico a partir do contexto histórico e das relações sociais e políticas que envolvem as classes trabalhadoras. Trata-se de um conceito que se afasta da noção de cosmopolitismo característica da vida intelectual italiana desde o Renascimento e se aproxima da noção de universal característica do internacionalismo marxista.

3 As observações de Gramsci sobre o senso comum já aparecem nos escritos de 1917, como este citado: *Tre principi, tre ordini*, que reflete sobre as diferenças entre liberalismo e socialismo.

Precisamente por não ser sistematizado o senso comum esconde, nas atividades e atitudes dos trabalhadores, o antagonismo entre o pensamento e a ação: muitos elementos do pensamento dominante e da história da cultura são assimilados de modo acrítico apresentando-se na diversidade de ideias, muitas vezes opostas entre si e em contradição com a sua prática cotidiana. Um grupo social que, na sua ação, "tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária", ou seja, descontínua e ocasional, assume, por razões de dominação hegemônica, a concepção de mundo dos dominantes (GRAMSCI, 1978, p. 1370). A característica fragmentária e acrítica do senso comum inviabiliza o reconhecimento das profundas contradições histórico-sociais que constituem a prática cotidiana dos trabalhadores.

Faz-se necessário reconhecer nessa prática os germens de uma nova concepção de mundo; na medida em que esses germens implícitos nas atividades dos trabalhadores se tornam conscientes, podem ser o elemento de superação (no sentido de passagem que conserva em si o momento anterior, com novo significado) do pensamento fragmentado e dos valores e idéias que provém tanto do passado mais remoto quanto do ideário das classes que detém o poder. A formação dessa consciência se traduziria em autonomia política e histórica.

Aplicando essa leitura ao contexto político pode-se dizer que as classes populares assimilam sem crítica um modo de pensar que lhes é "imposto" (sem que se dêem conta disso) por meio da comunicação cotidiana de massa; por outro lado, elaboram também sem crítica um modo de ser que se enraíza na tradição ou na sua prática sem se darem conta das contradições que se colocam entre sua prática e seu pensamento; as ações cotidianas são criativas e apresentam um conhecimento muito rico e peculiar da realidade (cultura popular) e que poderia servir de base para efetivar novas formas de resistência política se esse pensamento fosse sistematizado e tornado coerente.

Na base dessas reflexões, como se sabe, encontra-se a noção de hegemonia enquanto relação permanente entre as forças antagônicas em luta. Esse conceito foi sendo elaborado desde o período do jornal *L'Ordine Nuovo* e se estrutura no contexto da participação política de Gramsci no movimento operário; seu pensamento inicia a esclarecer as relações entre capital fundiário e a força majoritária

da burguesia conservadora, que se traduzia na ação de um Estado autoritário combinada com “um discurso universalizante visando a mobilizar a sociedade em torno dos interesses mais imediatos do setor industrial” (SCHLESENER, 2002, p. 80). Essas relações foram retomadas e aprofundadas nos Cadernos do Cárcere, ao longo dos quais Gramsci reelaborou o conceito e, conforme Francioni, “não em uma acepção unívoca, mas em uma gama de significados, todos referíveis à estratégia revolucionária do proletariado” (FRANCIONI, 1984, p. 157).

Nos Cadernos do Cárcere o conceito se amplia no sentido de compreender as formas de dominação burguesa, as quais se consolidam como dominação política e direção cultural, isto é, como processo pelo qual o grupo dominante submete os outros grupos ou pela coerção ou pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas tornando-se parte do senso comum. Nesse contexto a questão da cultura assume relevância, visto que o exercício da hegemonia enquanto “combinação de força e consenso”, de modo que “a força apareça apoiada sobre o consenso da maioria” (GRAMSCI, 1978, p. 1638) tem os meios de comunicação como principal mecanismo de concretização. Esses meios, que tomaram proporções gigantescas na nossa sociedade, atuam como mecanismos políticos de formação da consciência geral da sociedade, que se concretiza num pensamento homogêneo e hegemônico. Desse modo, paralisam-se os antagonistas, que deixam de pensar por conta própria, condição necessária para sua autonomia de sujeitos da vida política; perde-se, assim, a condição necessária para a compreensão do conjunto de relações de forças vigentes, a qual garante ao coletivo a clareza dos objetivos a alcançar. Referindo-se à televisão, Dias escreve:

Há uma dialética entre a necessidade e o desejo, na qual se realçam os desejos e se recalcam as necessidades. Os dominados ‘compartem’ um horizonte subjetivo sem terem a menor chance de ‘vivê-lo’ no cotidiano: quadros vitais aparentemente inconciliáveis, mas. Soldados pela ideologia da igualdade e do mérito, onde tudo é possível. [...] Chamamos a isso conformação de um modo de vida predispondo à servidão voluntária das classes trabalhadoras. (DIAS, 2006, p. 38).

Nesse contexto, a cultura se torna a instância na qual se efetiva a luta de classes. Já no início do século XX Gramsci identificava o interesse de grupos políticos italianos de monopolizar os meios de comunicação como mecanismos de formação da opinião pública a fim de modelar a vontade política nacional em torno de seus objetivos. A concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de grandes conglomerados econômicos dá uma nova dimensão à cultura e transforma a ideologia em prática de poder com uma grande força política na medida em que trabalha com a formação da subjetividade e se consolida no inconsciente. Embora esse conceito não faça parte do ideário gramsciano, cabe perfeitamente no contexto da noção de conformismo.

A luta por novas relações de hegemonia implica ativar os mecanismos de educação a fim de difundir o saber das classes subalternas de modo independente e autônomo, isto é, definindo novos parâmetros de cultura fundada na experiência popular, meio eficaz de formação de uma consciência crítica. Essa abordagem do tema, que Gramsci faz já nos anos de militância política anteriores à sua prisão nos cárceres fascistas, mostra a importância da cultura para os trabalhadores, no contexto de sua luta política.

Para os trabalhadores a hegemonia consiste em criar os mecanismos de direção política e de participação efetiva e consciente, fato que implica em formar seus próprios intelectuais e elaborar uma teoria política comprometida com transformações radicais, para refletir e criticar as contradições que perpassam seu cotidiano. A partir dessa leitura a educação escolar assume novo significado: para Gramsci a educação não se separa da luta pela hegemonia, da ação política que possibilita ampliar a compreensão das contradições da sociedade capitalista e pensar em novas estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana.

A noção de cultura popular enquanto processo de construção da hegemonia no contexto do escritos de Gramsci supõe explicitar o significado peculiar de “popular” que ressalta de seus escritos: quando se pergunta sobre qual literatura pode ser considerada popular, Gramsci se refere a grandes clássicos como Dostoiévski, Goldoni, entre outros, esclarecendo que esses autores são populares porque trataram de assuntos universais, contribuindo para torná-los de amplo conhecimento, como as

noções de liberdade, democracia, etc. Se levarmos em conta que o conhecimento é dinâmico, fruto da constante interlocução dos homens entre si e com o pensamento historicamente produzido, o processo de educação das classes trabalhadoras precisa ser entendido na sua dimensão política, como processo de formação de uma consciência crítica que restitua aos trabalhadores os valores ético-políticos e o trabalho do pensamento; na medida dessa formação e da organização política, tais valores poderão ser restituídos em sua integridade a toda a sociedade.

No contexto das relações de hegemonia, a cultura assume uma função importante na definição das lutas de classes e determina o conjunto de relações sociais na tendência ao conformismo que, na leitura de Gramsci, já assumia formas mais intensas no início do século XX, com a "padronização do modo de pensar e de agir", com extensões continentais (GRAMSCI, 1978, p. 862). Os meios de comunicação de massa ampliaram as possibilidades de conformação ao modo de pensar e de viver dominantes, atuando como grandes mecanismos desmobilizadores das massas. Como acentua Dias, para "as classes subalternas, assumir o discurso e as práticas dos dominantes implica perder a capacidade de formular perguntas" e de compreender as características de seu processo de emancipação (DIAS, 2006, p. 44).

A extensão do conformismo enquanto padronização dos comportamentos coloca novos problemas aos educadores, principalmente aos que assumem seu trabalho como um processo de formação crítica. O "trabalho docente insere-se no conjunto das relações econômicas e políticas vigentes" (SCHLESENER, 2009, p. 170) e entender o processo atual de formação de hábitos e costumes torna-se de fundamental importância para a "formação de indivíduos críticos, capazes de compreender o conjunto das determinações das quais participam e com as quais interagem" (SCHLESENER, 2009, p. 168).

Enfrentar o problema do conformismo também exige redefinir os caminhos de organização política dos trabalhadores, acentuando a importância da formação de uma nova concepção de mundo como parte do processo de luta revolucionária. Torna-se necessário compreender que as lutas de classes no contexto das atuais relações de hegemonia implicam uma prática política inovadora, com a formação de elementos políticos ativos, ou seja,

com um processo de educação que forme efetivamente sujeitos autônomos, capazes de se tornarem dirigentes.

A EDUCAÇÃO E A ESCOLAR NO CONTEXTO DO PENSAMENTO DE GRAMSCI

A educação não se restringe a um determinado tipo de ação, mas permeia todas as ações, envolve a vida desde a geração até a morte. O processo de educação das classes trabalhadoras precisa ser entendido na sua dimensão política, como processo de formação de uma consciência crítica que restitua aos trabalhadores os valores ético-políticos e o trabalho do pensamento; para essas classes educar-se significa romper com os estreitos limites da ordem burguesa e da dominação política e ideológica que a caracteriza, a fim de elaborar uma nova concepção de mundo e uma pungente sensibilidade de sua responsabilidade histórica; na medida dessa formação e da organização política, tais valores poderão ser restituídos em sua integridade a toda a sociedade.

Educar-se significa criticar a situação real, propor-se objetivos claros e demonstrar uma vontade tenaz na sua realização, na luta pela criação das bases de uma liberdade concreta, a ser construída no relacionamento e na interlocução com os que compartilham dos mesmos problemas, no enfrentamento da dominação, na tentativa de superar contradições, na experiência política do debate franco e aberto. Significa, enfim, assumir uma nova atitude ante o mundo e as relações sociais, redefinindo a noção de cultura a partir da vivência de novas práticas que possibilitem tanto uma redefinição do conhecimento quanto da atividade intelectual: deixar de compreender a cultura como saber enciclopédico, isto é, um conjunto de informações neutras e cumulativas; deixar, enfim, de compreender o conhecimento como simples teoria fragmentada em áreas que se dedicam a resolver problemas específicos (GRAMSCI, 1975a, p. 23). Conceber o conhecimento de modo fragmentado e abstrato é nocivo ao proletariado, porque dificulta a compreensão da totalidade e cria uma situação irreal na qual o indivíduo considera saber quando apenas memoriza dados assimilados de modo casual e sem crítica.

Nesse contexto, a cultura resulta da interação dos homens entre si e com o ambiente, a fim de criar uma identidade de classe e alcançar uma compreensão abrangente da história como processo

de criação continuada, de luta e consolidação de direitos e deveres, de convivência e companheirismo gerados no esforço de construção da vida coletiva. Conhecer é já agir, transformar-se modificando o mundo. A educação efetiva-se na relação entre teoria e prática por meio da qual se elabora uma nova cultura. A escola insere-se nesse processo como uma das instâncias, com compromissos definidos no contexto da ordem social instituída.

Cabe entender as possibilidades e os limites da escola no cumprimento dessa tarefa. Para que a escola assuma relevância na formação dos trabalhadores nas atuais circunstâncias históricas, teria que renovar seus métodos e conteúdos, visto que apropriar-se do conhecimento significa, entre outros fatores: compreender a organização cultural do país em um determinado momento histórico, as relações internacionais e a reciprocidade entre as nações; entender o movimento de política neoliberal global e sua interferência no conjunto das relações políticas, econômicas e culturais do país; compreender a formação das concepções de mundo que orientam a vida da sociedade, a atividade das instituições culturais no processo de formação e, principalmente, os elementos inovadores presentes na prática das classes populares. Isso a escola não conseguiu realizar, nem na época de Gramsci e nem nos tempos atuais.

Os professores, elementos fundamentais no processo de educação das novas gerações, precisariam ter clareza das condições políticas que movem a sociedade e que o processo educativo se delimita pelas relações de hegemonia vigentes. Somente assim poderiam se tornar agentes de transformação, capazes de questionar os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista.

Nas condições em que se estrutura a escola não privilegia o saber popular nem a relação entre teoria e prática, que interessam aos trabalhadores. Não transmite o que é efetivamente produzido pelas classes populares, mas sim o que é preparado para elas e para a sua inserção no modo de produção. Na realidade brasileira, a precariedade do sistema escolar vigente não possibilita a escola preparar efetivamente para o trabalho, conforme as exigências colocadas pelo desenvolvimento tecnológico que, longe de ser neutro, também precisa ser entendido nas suas implicações políticas.

O grande desafio de renovação da escola no Brasil está em deixar de transmitir o pensamento dominante assimilado de modo

acrítico e acentuar a diversidade de idéias, muitas vezes opostas entre si e em contradição com a prática das classes populares, para desvelar os germens de um novo pensamento presente nessa prática. Isso seria possível com a renovação da estrutura escolar, dos currículos e, principalmente, com a participação efetiva da comunidade nas atividades escolares.

Somente assim, mostrando as contradições que permeiam a nossa formação social e relacionando pensamento e ação, a escola poderia contribuir para a emancipação política das novas gerações e atuar efetivamente para a construção de uma nova ordem social e política. Infelizmente, estamos muito longe dessa prática, o que não significa que devemos abandonar ao seu destino esse espaço de formação; se as classes trabalhadoras não recebem da escola uma formação completa, que lhes possibilite tornarem-se indivíduos integrais no contexto da sociedade, ao menos lhes oferece as condições de alfabetização e de preparação inicial para a vida e para a sua iniciação no conhecimento. Sem ela ficariam completamente abandonados. O que se faz necessário nas atuais circunstâncias é empenhar-se para a renovação da escola, com a formação continuada de professores e o questionamento das políticas educacionais, o que implica colocar em discussão tanto o sistema econômico quanto a política neoliberal que se expande sem uma resistência efetiva.

PARA CONCLUIR

Existem conceitos que continuam sendo fundamentais para pensar a realidade contemporânea, apesar das mudanças que caracterizam o momento econômico e político desse início de século: a noção de hegemonia e a importância da cultura na formação de um modo de pensar homogêneo, como forma de dominação ideológica, são profundamente atuais porque permitem pensar as novas formas de alienação e sua dimensão política a partir de sua difusão pelos meios de comunicação de massa.

O vínculo entre política, cultura e educação acentuado por Gramsci, principalmente a partir da necessidade de as classes trabalhadoras formarem uma identidade de classe, que consiste precisamente em elaborar um modo de pensar autônomo para fazer frente aos novos mecanismos de dominação ideológica é da maior atualidade.

A questão escolar inseria-se, para Gramsci, num contexto muito mais amplo, o das relações de hegemonia. Conforme Accardo, "Gramsci tinha

consciência do quanto o processo educativo era delicado e complexo, porque consiste em forçar a natureza imprimindo uma direção precisa a evolução e a maturação da criança e do adolescente". Por meio da educação em geral e da educação escolar em particular os sujeitos são inseridos em um contexto social.⁴

Para as classes trabalhadoras esse processo de socialização se apresenta como preparação para o trabalho na forma e conteúdo dados pelos objetivos do modo de produção capitalista. Superar esses limites, criando seus próprios instrumentos de educação por meio da organização política a fim de formar sua identidade de classe é de fundamental importância na preparação para os enfrentamentos políticos. É nesse contexto que se insere a atividade educativa da escolar, assim como a necessidade de pensar os seus limites e possibilidades.

HEGEMONY CULTURE AND ITS DEVELOPMENTS IN EDUCATION: A READING OF THE WRITINGS OF ANTONIO GRAMSCI

ABSTRACT

This paper approaches the notion of culture and its importance in the relations of hegemony in Gramsci's writings, in order to explain the political dimension of education. The culture is relevant in the political context to the extent that the formation of subjectivity serves to appease and submit the working classes to the interests of the production and reproduction of the system. From these premises get up considerations on the possibilities and limits of school education.

Keywords: Politics. Culture. Education. Antonio Gramsci.

REFERÊNCIAS

COSPITO, G. Introduzione. In: GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere* (Edizione Critica diretta da Gianni Francioni). Roma: Fondazione Istituto Gramsci\Istituto della Enciclopedia Italiana. V. I Quaderni di Traduzioni, 2007.

DIAS, E. F. Compreender o real, demonstrar a sua inteligibilidade. In: SCHLESENER, A. H.; PANSARDI, M. V. *Políticas públicas e gestão da educação*. Curitiba: UTP, 2006.

4 ACCARDO, Aldo. Introduzione. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere* (Edizione anastatica dei manoscritti), p. 14-15.

Hegemonia, cultura e... - Anita Helena Schlesener

FRANCIONI, G. *L'Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del Cárcere"*, Napoli: Bibliopolis, 1984.

FROSINI, F.; LIGUORI, G. *Le parole di Gramsci: per un lessico dei Quaderni del Carcere*. Roma: Carocci, 2004.

GERRATANA, V. *Problemi di método*, Roma: Riuniti, 1997.

GRAMSCI, A. *Scritti Giovanili*, Torino: Einaudi, 1975a.

_____. *Sotto La Mole*. Torino: Einaudi, 1975b.

_____. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.

SCHLESENER, A. H. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2002.

_____. *A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci*. Brasília: Líber Livro, 2009.

Recebido em: maio de 2013.

Aprovado em: julho de 2013.